

ESCOLA DE ARTES, COMUNICAÇÃO E HOSPITALIDADE
CURSO DE JORNALISMO
TRABALHO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Jornalismo com perspectiva de gênero: uma análise das práticas jornalísticas nos casos de violência sexual contra mulheres em matérias veiculadas no estado de Santa Catarina

Raíssa Bertoldi Verzi Silva¹

Vinicius Batista de Oliveira²

Resumo

O objetivo deste artigo foi entender a visão de jornalistas do estado de Santa Catarina quanto às práticas jornalísticas consideradas ideais e as efetivamente realizadas na construção de conteúdos que tratam sobre violência sexual contra mulheres. Para identificar estas condutas, foi desenvolvido um questionário, o qual foi respondido por cinco profissionais, com três seções específicas de respostas, sobre práticas ideais, realizadas, além de uma reflexão sobre procedimentos profissionais. Essa divisão é vista nas três categorias de análise dos dados, tendo como resultado final um Discurso do Sujeito Coletivo, através de resposta única, em primeira pessoa do singular, como texto-síntese. No final do estudo, pode-se perceber diversos pontos de conexão entre os profissionais. A partir das afirmações, nota-se que em casos de violência sexual o jornalista considera ideal atuar com a pluralidade de fontes e trabalho conjunto às polícias para utilizar dos relatos de inquiridos. Ainda, pode-se captar algumas características distintas entre suas atuações, em que alguns efetuam apurações apenas com órgãos oficiais e outros com a própria vítima e familiares.

palavras-chave: práticas jornalísticas; violência sexual; perspectiva de gênero; jornalismo feminista.

1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada por uma estrutura patriarcal e de desigualdade, a violência de gênero é uma realidade presente em relatos e dados que envolvem uma série de instituições e atores sociais em busca de soluções. Na lei brasileira, são consideradas violências de gênero as violências física, sexual, psicológica, moral e patrimonial, sendo as duas primeiras mais explícitas e registradas. Exemplo disso é a pesquisa realizada pela Organização Mundial de

¹ Acadêmica da disciplina do Trabalho de Iniciação Científica, do 6º período do curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). ra_verzi@hotmail.com

² Professor MSc. Orientador do trabalho. viniciusbatista@univali.br

Saúde (OMS)³, que constatou que uma a cada três mulheres no mundo já sofreram algum tipo de violência física e/ou sexual do parceiro ou terceiros.

No Brasil, em 2021, um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁴ registrou um estupro a cada 10 minutos, levando em consideração apenas pessoas do sexo feminino. Este mesmo estudo concluiu que no estado de Santa Catarina uma média de 9 mulheres são vítimas de estupro por dia. O número alarmante coloca o estado como sexto maior em casos de crime sexual.

Para que seja possível conhecer e entender estes dados, como também contribuir na construção de pessoas mais informadas, alguns atores sociais são importantes, como o jornalismo. Durante todo o processo de reconhecimento desta problemática até a exposição dos fatos à população, o jornalista se traduz como uma ferramenta necessária que, quando mal aplicada, pode gerar prejuízos e danos ao contexto geral do tema e, em específico, às vítimas.

Essa realidade pode ser aferida através da análise de alguns casos famosos do jornalismo brasileiro. Podemos lembrar do caso de Mariana Ferrer, que foi trazido ao conhecimento público através das redes sociais da jovem, seguida por inúmeras reportagens⁵ que repercutiram o relato. Vítima de estupro em um *beach club* catarinense, ela foi submetida a um quadro de revitimização pelo próprio judiciário. O segundo caso a servir de amostra diz respeito à divulgação pela imprensa da gravidez da atriz Klara Castanho, a qual foi alvo de julgamentos e acusações, sem, todavia, atentar-se ao fato real e gerador de sua história, a gravidez resultante de um estupro, estabelecendo, assim, a revitimização pelo jornalismo.

Portanto, as duas situações servem como indicadores de uma realidade que merece ser revista e reconsiderada. A partir disso, neste artigo, a ética e a prática jornalística foram analisadas durante o processo da produção de matérias em casos como os citados acima, tendo em vista o objetivo de responder à pergunta base deste estudo: Quais os cuidados e os procedimentos planejados e realizados por jornalistas durante a cobertura de casos de violência sexual contra a mulher?

³ Organização Pan- Americana da Saúde. Violência contra mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>.

⁴ Violência contra mulheres em 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em 02 out 2022.

⁵ Exemplo de reportagem veiculada sobre o caso Mariana Ferrer, no início dos relatos. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/blogueira-estuprada-casa-noturna-florianopolis/> Acesso 13 set 2022

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa buscou identificar as práticas realizadas por jornalistas na cobertura de casos de violência sexual contra mulheres, no Estado de Santa Catarina. Tendo, ainda, como objetivos específicos apontar os cuidados tomados e/ou planejados durante as pautas, reconhecer as reflexões profissionais feitas pelos repórteres que cobriram casos de violência sexual e discutir a visão ideal da prática profissional nas coberturas destes casos.

Para isso, foi feito um recorte de matérias no estado, com critérios claros de análise, como matérias que possuíam assinaturas dos jornalistas, pluralidade de fontes, conteúdos extensos, variedade de veículos, entre outros. Assim buscando, a partir de questionário enviado aos jornalistas responsáveis por cada conteúdo, identificar as práticas que realizam dentro dessas produções, quais condutas consideram ideais e, por fim, aprofundar a parte opinativa destes profissionais com perguntas discursivas sobre a apuração e desenvolvimento das matérias. Por conseguinte, chegar ao resultado do texto-síntese, representando o Discurso do Sujeito Coletivo, como fala única dos jornalistas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. FEMINISMO CONTEMPORÂNEO

O feminismo como movimento ideológico tem como principais características a luta pela equidade de gêneros com ferramentas sociais, políticas e econômicas. Tem em vista a mudança da realidade imposta pela sociedade machista que utiliza do domínio patriarcal como base para a omissão do feminismo durante toda sua existência (LOPES E JUBÉ, 2021).

De acordo com autoras feministas como Beauvoir (1949), com sua obra “O segundo Sexo”, Betty Friedan (1963), com “A mística feminina”, Clarissa Pinkola (1989), com “As mulheres que correm com lobos”, e Nísia Floresta Brasileira (1832), autora de “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, esta omissão enquadra as mulheres em papéis de submissão e obediência, sem permitir que suas ideias e ideais sejam expostos, com o intuito de “domar”, “diminuir” e “controlar”.

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedemos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1989, n.p.)

Diante disso, o feminismo busca alterar essa realidade conforme cada momento da história, com lutas específicas e recortes distintos relacionados à época, por isso, sua divisão acontece em “ondas feministas” (RIBEIRO, NOGUEIRA E MAGALHÃES, 2020). Hoje, suas novas vertentes, como o feminismo contemporâneo, feminismo interseccional e liberal⁶, presentes entre a terceira e quarta onda, apropriam-se da pluralidade como essência (PEREZ E RICOLDI, 2019). O *sidestreaming*, explicado por Sonia E. Alvarez, é exemplo disso, pois visa encontrar novos campos para o feminismo (ALVAREZ, 2014).

Um terceiro momento, o atual, em que presenciamos o que chamo de “sidestreaming”, o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas. (ALVAREZ, 2014, p. 17)

Desta forma, o feminismo brasileiro inicia seu novo momento plural, sempre com foco na violência de gênero que molda sua identidade conforme a factualidade da sociedade. A formação desta identidade possibilita, também, um acréscimo nas conversas que circundam o assunto e políticas públicas que possam colaborar para a mudança deste cenário (BANDEIRA, 2014).

A atuação da militância feminista e as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, conferindo novos contornos às políticas públicas. (BANDEIRA, 2014, p.3)

Essa transformação é clara, principalmente, nos setores acadêmicos, tal como o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB⁷ verificou entre os anos de 2010 a 2019. O estudo apontou um aumento considerável de trabalhos, mais de sete mil, que utilizavam as palavras “gênero”, “sexualidade” e/ou “mulheres” (20 vezes mais que a produção da década anterior). Apenas nos últimos dois anos, 2020-2022, mais de dois mil trabalhos foram feitos com esta temática. Os dados comprovam a mudança de mentalidade e preocupação com o assunto.

⁶ O feminismo liberal é considerado um dos mais antigos entre as vertentes. Surgiu junto à Revolução Francesa com foco em inserir as mulheres em todas as camadas sociais. O feminismo contemporâneo e o interseccional são os mais recentes, pois tratam de aspectos variados, como raça, gênero, classe e outros fatores para que possam ser feitas reivindicações. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhecas-as-principais-vertentes-do-feminismo/> Acesso 02 out 2022.

⁷ Notícia publicada pelo Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB, em 2022. Disponível em: <https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/ufpb-registra-aumento-de-pesquisas-sobre-genero-e-sexualidade> Acesso 18 out 2022.

Com base nestes dados e mudanças da narrativa social e feminista, a comunicação também é diretamente modificada, pois necessita de ajustes coerentes com a nova realidade. À vista disso, o feminismo se expandiu para veículos abertos e mais democráticos com o auxílio da internet. Este cenário, conhecido como *cyberativismo*, corresponde ao uso da internet e suas ferramentas de forma política, buscando assim transmitir informações, exigir melhorias, expor situações e evidenciar debates acerca dos temas mobilizados pelos grupos, como, neste caso, o feminismo e a luta por equidade de gênero (SOUSA E ARAÚJO, 2018).

Se a internet já era importante no campo feminista latinoamericano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados. (ALVAREZ, 2014, p. 33).

Por meio destes novos locais, a sociedade consegue estar a par do desenvolvimento das linhas teóricas do feminismo, como também, suas alterações. Exemplo disso é o uso de hashtags como mobilizações virtuais para casos de violência de gênero (REIS, 2017). Um dos movimentos mais repercutidos foi o #MeToo, em que dossiês de denúncias contra o então produtor Harvey Weinstein foram expostos pelo jornal “The New York Times” e a revista “The New Yorker”. Em retrospectiva sobre a apuração e desenvolvimento das reportagens que impulsionaram o movimento, as jornalistas Jodi Kantor e Megan Twohey (2019) compartilharam o processo das acusações que alteraram a visão e abertura de testemunhos contra assédios sexuais, com a união das mulheres vítimas do produtor em seu livro “Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo”⁸.

2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A amplitude de casos como o do #MeToo traz novas buscas sobre conceitos e temas que envolvem estes tópicos. Em detrimento disso, explica-se que a violência de gênero consiste em qualquer tipo de violência, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial, contra alguém em detrimento da sua identidade de gênero ou orientação sexual. Nesse artigo, a violência sexual é ponto base para o debate quanto às questões enfrentadas pelas mulheres brasileiras, as quais sofrem com essa realidade de forma constante, tal qual será reafirmado pelos dados trazidos na sequência.

⁸ KANTOR, Jodi, TWOHEY, Megan. Livro “Ela Disse: Os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo.

Com base em informações do Fórum de Segurança Pública, foram registrados 56.098 boletins de ocorrência de estupros em 2021, incluindo vulneráveis, apenas do gênero feminino. (BUENO, 2021). Outros números foram registrados pelo levantamento do Ipec e Instituto Patrícia Galvão, com apoio da Uber, em que 45% das mulheres no país já foram tocadas sem consentimento em locais públicos. Entretanto, o número de homens que admitem o ato é de apenas 5%⁹.

A pesquisa mostrou também a importunação sexual e assédio com um número expressivo de casos, em que 32% das mulheres afirmaram já terem passado por tal situação. A tentativa ou abuso sexual não demonstram grande diferença estatística, sendo que 31% das mulheres afirmam já terem sofrido com esta violência.

Outros dados que exemplificam as condições de existência das mulheres atualmente foram aferidos pelo Instituto Locomotiva e o Instituto Patrícia Galvão em estudo¹⁰ que busca analisar as percepções quanto aos casos de estupro e abortos. Ao verificar a pesquisa, alguns números foram evidenciados, como o que aponta que 64% da população – e 2 em cada 3 mulheres – conhece ao menos uma mulher ou menina que foi vítima de estupro, ou seja, 122,6 milhões de brasileiros conhecem pelo menos uma vítima dessa violência. Esses dados são reflexos do machismo perpetuado e incessante dentro da sociedade, explicado pelas questões de dominação-exploração¹¹ em que os papéis são estabelecidos em uma visão androcêntrica, com a visão masculina centralizada e predominante (SAFFIOTI, 2001).

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda. (BOURDIEU, 1998, p.15)

Em busca de alterar essa centralização do patriarcado, algumas revoluções estão acontecendo em diferentes esferas sociais, como dentro da comunicação e do jornalismo.

⁹ Estudo feito pelo Ipec e Instituto Patrícia Galvão, em exclusiva ao portal de notícias G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/09/12/45percent-das-mulheres-ja-tiveram-o-corpo-tocado-sem-consentimento-em-local-publico-mas-apenas-5percent-dos-homens-admitem-aponta-pesquisa-ipec.ghtml> Acesso 02 out 2022

¹⁰ Pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão Disponível em: https://assets-dossies-ipc-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/04/IPatriciGalvao_LocomotivaPesquisaDireitoabortoemCasodeEstuproMarco2022.pdf Acesso 01 out 2022

¹¹ A autora e socióloga Heleieth Saffioti explica sobre o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, em que avalia-se um processo de sujeição de uma categoria social com duas extensões: a da dominação e a da exploração.

2.3 JORNALISMO FEMINISTA

O novo momento do feminismo com a união da comunicação traz involuntariamente novas vertentes ao jornalismo, tal como o jornalismo feminista ou com perspectiva de gênero. Desta forma, as pautas discutidas abrem espaço para editoriais específicas e produções jornalísticas minuciosas focadas no ponto-chave desta discussão: a não revitimização em casos de violência sexual. A partir do momento em que os veículos de comunicação utilizam de sua função essencial para a divulgação de casos e dados referentes ao assunto, sua condução deve estar alinhada com a promoção de debates e efetivação de espaços seguros para essas vítimas (PRATA, LOPES E CARVALHO, 2017).

Jessica Gustafson (2019) explica mais sobre o papel do jornalismo na prática de revitimização em seu livro “Jornalistas e Feministas”, em que é possível averiguar inúmeras matérias sobre estupro e violências de gênero em que a vítima é apontada como culpada devido às suas roupas, o local que estava, o consumo de entorpecentes, o horário, entre outras acusações. Tudo isso através do uso de sinônimos que não competem a tal acontecimento, como por exemplo o uso de “fazer sexo” ao invés de “estupro”, “estava em uma festa, com bebidas e drogas” e “algo comum do local”, tentando justificar o crime e culpabilizar a vítima. Consoante a isso, além de sofrer críticas, a mulher é forçada a relembrar constantemente sobre o crime para que possa responder perguntas e pleitear por justiça.

Essas reportagens também se sustentam sob bases ideológicas que produzem efeitos discursivos derivados de uma matriz hegemônica que é a misoginia, cujo intento sempre foi o de normatizar, regular e controlar o espaço, os papéis e as intervenções das mulheres na vida social. (GUSTAFSON, 2019, p.86)

Desse modo, a pergunta feita por Guacira Lopes Louro: “Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas?” (LOURO, 2008, p.17) é aplicada para reverberar o papel do jornalismo como instrumento de propagação e consolidação da desigualdade.

Para entender melhor este questionamento, pode-se analisar o estudo feito pelo jornalista Eduardo Meditsch (1997), no qual explica que o jornalismo, como produto social, reproduz aquilo que absorve do ambiente em que está inserido. Desta maneira, como toda a forma de conhecimento, propaga as desigualdades e contradições conforme a história, cultura e subjetividade de tal sociedade. (MEDITSCH, 1997).

As características pessoais e os atributos de gênero tanto dos jornalistas quanto das notícias a eles associadas davam pistas de que os valores culturais, pessoais e profissionais praticamente se embaralhavam e serviam de pano de fundo em grande parte das escolhas no processo de produção das notícias (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 264).

Para contrapor e alterar esse cenário, os meios de comunicação iniciaram um processo de inclusão da perspectiva feminista e de gênero em suas grades. Exemplo disso é o Diversa+¹², editoria do canal ND+ da Record TV, que busca dar protagonismo para pautas voltadas às mulheres. Outro canal que segue esta linha editorial é o Portal Catarinas¹³, o primeiro portal de notícias do Brasil que visa sua total dedicação às pautas feministas. O Instituto AzMina¹⁴ também é uma organização que busca a equidade de gênero, a partir de diversas ferramentas e vertentes, como o jornalismo.

Esse crescimento de canais focados no feminismo e no jornalismo com perspectiva de gênero mostra a evolução do assunto e a influência de pesquisas e debates dentro e fora dos veículos midiáticos. De tal forma, mostra sua consensualidade com as novas vertentes teóricas e com as atualizações sociais, alterando sua ideologia predominante patriarcal. “Em uma sociedade onde os estereótipos de gênero são considerados justificativos para inúmeras violências, inclusive os feminicídios, uma mudança nos discursos se faz necessária” (GUSTAFSON, 2019, p.92).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral do trabalho será demonstrado através da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), o qual, através de pesquisas empíricas, do processamento de depoimentos e organização de dados qualitativos, permite a identificação de valores, crenças e opiniões de um determinado assunto. Essa identificação, realizada por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados, consiste em analisar os materiais obtidos através da pesquisa quantitativa e qualitativa, extraindo ideias centrais e pontos-chave semelhantes em cada depoimento. Por fim, possibilita o entendimento e criação do produto final deste método, um discurso/texto-síntese, em primeira pessoa do singular, representando o sujeito coletivo estudado.

¹² Site do canal Diversa+. Disponível em: <https://ndmais.com.br/diversa/> Acesso 02 out 2022

¹³ Site do Portal Catarinas. Disponível em: <https://catarinas.info/> Acesso 02 out 2022

¹⁴ Site do Instituto AzMina. Disponível em: <https://azmina.com.br/> Acesso 02 out 2022

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizado um processo de mapeamento de matérias jornalísticas com foco no estado de Santa Catarina, para que pudesse ser avaliada a conduta dos profissionais da região, além de conseguir um contato mais próximo com eles. Os critérios selecionados neste mapeamento foram a busca por uma variedade de veículos, para alcançar uma pluralidade de respostas sem preferências editoriais, e conteúdos extensos e completos, com uma gama maior de informações, relatos, dados e documentos oficiais. Outro aspecto avaliado foi a presença de assinatura do jornalista no conteúdo que produziu, para que, assim, pudesse ser feita a pesquisa qualitativa e o contato com os respectivos profissionais.

Após realizar o mapeamento das matérias, foram selecionados oito jornalistas, sendo possível acessar seus contatos de e-mail e estabelecer comunicação. Durante esse processo, o questionário produzido foi enviado a todos. Contudo, ao final do tempo estipulado, apenas cinco jornalistas responderam, todas mulheres. Por uma escolha de pesquisa e imparcialidade, as profissionais em questão não serão identificadas, apenas apresentadas como jornalistas A1, A2, A3, A4 e A5.

Para criar um processo assertivo e que permitisse uma pesquisa objetiva, foi desenvolvido um questionário na plataforma Google Forms, posteriormente enviando seu link às profissionais. As perguntas foram divididas em três seções, a primeira sobre “práticas jornalísticas que realizo”, a segunda focava em “práticas jornalísticas que considero ideais” e a última seção buscava ampliar a pesquisa através de perguntas discursivas. As duas primeiras seções foram divididas em perguntas de escala, subdividida nessa razão: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo parcialmente; 3 - Nem concordo nem discordo; 4 - Concordo parcialmente; 5 - Concordo totalmente, havendo, ainda, uma pergunta objetiva ao final.

A primeira seção trouxe as seguintes afirmações: “Procurei verificar cuidadosamente os termos gramaticais utilizados para descrever os envolvidos e as descrições sobre o caso”; “Selecionei com cuidado as descrições dos fatos apresentados por fontes ou pela investigação que foram utilizados no texto da notícia”; “Citei aspectos da contextualização, como ambiente em que a vítima estava, uso de entorpecentes, horário e roupas, de forma destacada em produções sobre violência sexual”; “Desenvolvi o título da matéria pensando apenas em trazer as informações relevantes conforme o critério de noticiabilidade, sem considerar uma possível revitimização da vítima”; “Em entrevistas com vítimas, familiares e amigos, pedi o relato detalhado e completo do caso, independente de ter acesso a depoimentos policiais”.

A segunda seção buscou explorar as afirmações: “Acredito ser ideal trazer nas matérias canais de denúncia ou apoio às vítimas de violência sexual”; “Vejo como ideal inserir o jornalismo com perspectiva de gênero dentro das universidades, como grade obrigatória”; “Analiso como necessária a criação de cartilhas e procedimento base para a produção de matérias relacionadas à violência sexual, dentro da ética jornalística”. E por último, a questão objetiva “Qual alternativa, para que haja melhor tratamento nas questões de violência sexual, você considera prioritária?”, que tinha como opções de resposta: “Criação de editorias jornalísticas com perspectiva de gênero”; “Inserção geral da perspectiva de gênero no jornalismo, independente de editorias”; “Formações específicas sobre o tema pelas empresas jornalísticas para os profissionais”; “Oferta de pós-graduação e cursos sobre o tema”; “Nenhuma das opções citadas”.

Por fim, foram selecionadas três perguntas discursivas para entender de forma mais complexa a opinião destas profissionais sobre o assunto. São elas:

- Em sua opinião, quais são as práticas ideais para a apuração, produção e publicação de casos de violência sexual contra mulheres?
- Na sua opinião, quais práticas e ações jornalísticas podem levar a um reforço de estereótipos, revitimização, relativização, culpabilização da vítima, entre outros aspectos prejudiciais em relação ao tema?
- Em contrapartida com a primeira pergunta, quais são as práticas efetivamente realizadas, hoje, nestes casos?

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 OS CONTEÚDOS MAPEADOS

Iniciando o mapeamento de mais de 30 matérias no estado de Santa Catarina, que abordavam violências sexuais contra mulheres, foi possível selecionar alguns conteúdos que se conectavam com os critérios apresentados anteriormente na metodologia. Entre estes aspectos, foi possível identificar alguns pontos das matérias em unanimidade, como, por exemplo, nenhuma das matérias trazer identificação da vítima, apenas com nomes fictícios ou características gerais, “a jovem”, “a menina”, “a estudante”. Já o nome do abusador foi apresentado em alguns conteúdos. Outro ponto de semelhança entre os casos é que todas as

vítimas conheciam de alguma forma o seu abusador, seja pela escola, pela busca de auxílio médico ou por aplicativos de relacionamento.

Os casos expostos nas matérias tratavam de estupros de meninas e mulheres, na faixa etária de 12 a 27 anos, sendo possível observar abusos com e sem penetração do órgão genital, com ou sem violência psicológica juntamente à sexual, como também, certos conteúdos traziam detalhes mais explícitos das violências através de relatos da própria vítima, enquanto outros trouxeram apenas os relatos do inquérito policial ou de apurações com os órgãos de segurança. Contudo, todos os conteúdos listados no mapeamento trouxeram o uso de documentos e entrevistas oficiais com as instituições responsáveis.

Determinadas semelhanças foram observadas, tal qual o desenrolar das denúncias que desencadearam outros relatos de vítimas que ainda não haviam se pronunciado. Nenhuma matéria trouxe algum posicionamento do agressor, apenas uma trouxe um parecer da defesa do acusado - que preferiu não entrar em detalhes - e o uso de imagens. A maioria das jornalistas optou por utilizar imagens ilustrativas de capa ou fotos das delegacias em que os inquéritos foram feitos. Somente uma matéria trouxe prints das redes sociais em que a vítima denunciou pela primeira vez, sendo relevante ao caso.

Além disso, nessa fase inicial da análise dos conteúdos, foi possível identificar um número razoável de fontes, conforme os casos, sejam elas as próprias vítimas, familiares e amigos, órgãos de segurança, como também, médicos e psicólogos. Algumas matérias focavam prioritariamente nos documentos oficiais e materiais fornecidos anteriormente pelos depoimentos entregues à polícia, e outras nos relatos de entrevistas com a vítima ou seus familiares.

4.2 AS REFLEXÕES PROFISSIONAIS

Com base na categoria quantitativa do questionário, os dados obtidos mostram congruências, porém também apresentam certas divergências de opinião. Para iniciar, observa-se as respostas escolhidas por cada jornalista conforme as afirmações dispostas, para que assim, possa obter o resultado através da percepção numérica e comportamental com base nos procedimentos realizados pelas profissionais. Exemplo do resultado em comum das respostas pôde ser percebido na afirmação “Procurei verificar cuidadosamente os termos gramaticais utilizados para descrever os envolvidos e as descrições sobre o caso”, em que

100% das jornalistas selecionaram a opção “Concordo totalmente”. Isso traz uma reflexão do porquê desta uniformidade, presumivelmente pela conexão do uso da comunicação e do campo da linguagem de modo a ser uma ferramenta para lutas políticas, como explicado anteriormente nesta pesquisa, quando Sousa e Araújo (2018) evidenciam esse cenário e apontam como as novas ondas do feminismo e suas preocupações trazem, também, um tratamento diferente aos conteúdos produzidos.

Conforme apresentado previamente, as matérias selecionadas se baseiam em grande parte nos documentos oficiais e conversas com a polícia. Esses documentos tentam detalhar ao máximo os fatos, pois entram para casos jurídicos e arquivos legais. Diante disso, compreende-se que os profissionais em questão possuem acesso a inúmeros detalhes das violências sofridas e precisam selecionar quais informações são relevantes para a produção dos conteúdos jornalísticos, sem que isso ultrapasse o papel informativo e se torne um propulsor da revitimização. Ao certificar as respostas sobre a afirmação “Selecionei com cuidado as descrições dos fatos apresentados por fontes ou pela investigação que foram utilizados no texto da notícia”, quatro respostas concordaram totalmente e uma parcialmente, corroborando com a prática e desenvolvimento consciente das matérias.

Adiante na pesquisa, foi analisada uma questão que demonstra dúvida quanto a sua prática, uma vez que nenhuma profissional escolheu um dos extremos de respostas, o “Concordo totalmente” ou “Discordo totalmente”, como foi feito em outras afirmações. A verificação foi sobre a seguinte declaração: “Citei aspectos da contextualização, como ambiente em que a vítima estava, uso de entorpecentes, horário e roupas, de forma destacada em produções sobre violência sexual”. Neste item, quatro jornalistas optaram por “Concordo parcialmente” e uma “Discorda parcialmente”. Essa imprecisão de pareceres pode ser averiguada pelo livro de Jessica Gustafson (2019), “Jornalistas e Feministas”, em que é possível enxergar, de forma sutil ou escancarada, o ainda uso de descrições que fortalecem padrões discriminatórios como forma de justificar a violência.

Apesar de apontar certos cuidados com o texto, a afirmação referente ao título das matérias, “Desenvolvi o título da matéria pensando apenas em trazer as informações relevantes conforme o critério de noticiabilidade, sem considerar uma possível revitimização da vítima”, mostra que a maior parte, quatro profissionais, não levaram em consideração a revitimização conforme o título foi construído, escolhendo a opção “Concordo totalmente” e uma selecionou “Discordo parcialmente”. Isso pode se dar por dinâmicas de trabalho de cada

veículo, que seguem linhas específicas de produção de títulos e subtítulos, como também por ser uma construção automática padronizada com os critérios de noticiabilidade ou apenas por escolhas pessoais.

A afirmação que trouxe mais disparidade nessa seção do questionário é: "Em entrevistas com vítimas, familiares e amigos, pedi o relato detalhado e completo do caso, independente de ter acesso a depoimentos policiais". As respostas obtidas mostram a maior discordância de opiniões durante toda a pesquisa, em que uma optou por "Discordo totalmente", uma selecionou "Discordo parcialmente", uma afirmou que "Concordo parcialmente" e por fim duas escolheram "Concordo totalmente". Esse resultado pode ser relacionado com as questões de construção de diferentes matérias, por cada caso em específico trazer uma história própria, com abordagens distintas do assunto, com dificuldades de acesso a documentos oficiais ou acesso à vítima, por existirem regras de apuração conforme o veículo de comunicação, ou até mesmo, o acesso de cada jornalista às fontes.

Partindo para a segunda parte quantitativa do questionário, que aborda as práticas consideradas ideais pelos jornalistas, o grau de concordância entre as respostas foi mais constante se comparado à primeira seção. Para iniciar, a primeira afirmação, "Acredito ser ideal trazer nas matérias canais de denúncia ou apoio às vítimas de violência sexual", trouxe um resultado unânime entre as profissionais, com 100% de escolha na alternativa "Concordo totalmente", mostrando que o jornalismo não só pode, como deve, na visão dos profissionais, ser utilizado de modo a ser um instrumento que informe canais de combate, que corrobore para o aumento de denúncias, como também diminua o número de casos, com o compartilhamento de informações referentes ao tema, abrindo espaço para o debate.

A segunda asserção busca entender o papel acadêmico na inserção de pautas sobre a desigualdade de gênero: "Vejo como ideal inserir o jornalismo com perspectiva de gênero dentro das universidades, como grade obrigatória.". A alternativa "Concordo totalmente" foi escolhida por quatro jornalistas, já a opção "Concordo parcialmente" foi selecionada por uma. As repercussões desse resultado são vistas claramente dentro dos centros acadêmicos, como analisadas no referencial deste artigo, em que um estudo feito pelo Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB mostra um aumento considerável de trabalhos que utilizavam as palavras "gênero", "sexualidade" e/ou "mulheres", validando a demanda por uma grade curricular e estudo aprofundado de um jornalismo plural desde sua base acadêmica.

Confirmando a necessidade de mudanças nas práticas jornalísticas, a última afirmação quantitativa, em escala, trouxe a seguinte constatação: “Analiso como necessária a criação de cartilhas e procedimento base para a produção de matérias relacionadas à violência sexual, dentro da ética jornalística.”. O resultado de quatro “Concordo totalmente” e um “Concordo parcialmente” mostra que existe uma consciência acerca da necessidade em continuar a tratar o tema com cautela e ações pensadas com o objetivo de não revitimizar. Esse dado, por sua vez, mostra uma possível carência das próprias jornalistas em encontrar ferramentas mais complexas de estudo e trabalho em casos como os selecionados, evidenciando que podem estar muito melhor preparadas e estruturadas na hora de apurar e produzir seus conteúdos.

Apesar de verem essa necessidade específica na criação de métodos jornalísticos com perspectiva de gênero e grades curriculares que trabalhem de forma mais profunda a temática, elas não veem o tema como algo a ser fechado, em editorias exclusivas, e sim, com unanimidade, ter o jornalismo com perspectiva de gênero de modo geral nas práticas de atuação, capilarizado dentro dos setores. Essa observação pôde ser constatada a partir do resultado final da pesquisa numérica, com a seguinte pergunta objetiva: “Qual alternativa, para que haja melhor tratamento nas questões de violência sexual, você considera prioritária?”. Nela, 100% das respostas foram a alternativa “Inserção geral da perspectiva de gênero no jornalismo, independente de editorias.”. Isso evidencia, ainda, que a especificação dentro das universidades e procedimentos voltados ao gênero não torna ele uma separação de editorias, pois, com base nos dados coletados, existe a vontade de pulverizar esse tipo de jornalismo. Todavia, hoje, no mercado e cenário catarinense, é visível um movimento com essas editorias especializadas no gênero, desde desmembramentos dentro de jornais à criação de produtos única e exclusivamente com esta proposta, como o Diversas+ e o Portal Catarinas, respectivamente.

4.3 O DISCURSO COLETIVO DAS PROFISSIONAIS

Nessa esteira, com o objetivo de aprofundar a pesquisa a partir de uma visão mais opinativa das jornalistas e obter um único resultado final sobre suas práticas, foram selecionadas três perguntas discursivas. A primeira questão buscou entender quais práticas seriam ideais ao abordar temas como a violência sexual: “Em sua opinião, quais são as práticas ideais para a apuração, produção e publicação de casos de violência sexual contra

mulheres?”. Neste ponto, alguns aspectos foram mais frequentes nas respostas das profissionais, por exemplo, a apuração conexa às polícias e órgãos responsáveis para que se possa ter acesso aos detalhes do caso, sem que haja uma importunação da vítima. Essa constatação pode ser analisada claramente na seguinte resposta, da jornalista A2: “Diálogo mais aberto com as polícias, para entender o caso o melhor possível sem necessidade de fazer a vítima reviver a violência. Entrevistar testemunhas/familiares com o mesmo objetivo de poupar a mulher.”

Outro comportamento observado foi a pluralidade de fontes, sejam elas especialistas, familiares e amigos ou os próprios documentos oficiais, tudo para que não seja necessário uma repetição de relato da vítima, possivelmente sofrendo, novamente, ao reviver os detalhes. Entretanto, caso haja o contato com a vítima, as palavras “cuidado” e “delicadeza” aparecem em peso, para que assim, possa-se deixar a pessoa segura no espaço que está, com a exposição de seu relato, e o mais confortável possível durante todo o processo de apuração e publicação da matéria, sem que revitimize ou traga novos traumas.

Uma das afirmações mais constantes nesses relatos foi a explicação de tipificação e legislação, de modo que quem esteja lendo a matéria consiga identificar, de forma clara, quais os tipos de violência, como funciona a legislação nestes casos, como pode denunciar, por quais canais de apoio e denúncia pode pedir ajuda, até mesmo para que possa auxiliar pessoas que não sabem ou não entendem as diferenças dos casos e podem estar passando por algo semelhante. O entendimento do próprio jornalista quanto ao contexto histórico, para que entenda mais sobre o assunto, e que compreenda o papel de estruturas desenvolvidas através do preconceito como ferramentas para a violência de gênero, foi um ponto abordado durante o questionário.

O uso de sensacionalismos e a prática de adjetivar também foram apontados na pesquisa como pontos a não serem realizados, como se pode analisar na resposta da jornalista A1: “Lembrar que o jornalista não adjetiva nada, quem faz isso é a fonte que ouvimos, o especialista que escutamos. Termos sensacionalistas não ajudam também e, inúmeras vezes, revitimizam os envolvidos. Precisamos lembrar que contamos um pedaço da história de alguém que foi vítima de algo ou alguém.”

A segunda pergunta da parte discursiva traz: “Na sua opinião, quais práticas e ações jornalísticas podem levar a um reforço de estereótipos, revitimização, relativização, culpabilização da vítima, entre outros aspectos prejudiciais em relação ao tema?”. Neste caso,

alguns pontos da primeira pergunta foram reforçados, como o uso de termos sensacionalistas, trazer detalhes desnecessários que não agregam significância ao caso dentro de conteúdos jornalísticos, reafirmar contextualizações discriminatórias e padrões utilizados para culpabilizar a vítima de qualquer forma. Ainda, dentro da própria entrevista com as fontes, utilizar de perguntas que responsabilizem a vítima ou gerem novos traumas, como explica a jornalista A3: “Esses casos podem servir de gatilho para inúmeras vítimas e por isso devem ser trabalhados corretamente, sempre tendo em mente que a vítima não é culpada pela própria violência sofrida.”

A última questão traz a perspectiva das práticas realizadas por essas jornalistas, com a seguinte pergunta: “Em contrapartida com a primeira pergunta, quais são as práticas efetivamente realizadas, hoje, nestes casos?”. As respostas trouxeram o cuidado ao identificar a vítima e o caso específico, explicar as tipificações dos crimes, ouvir fontes plurais, segundo as palavras da jornalista A5: “Acredito que eu sempre aborde os casos de violência sexual trazendo especialistas da área de estudos de gênero, para contextualizar que não são situações isoladas”.

Outra prática realizada pelas jornalistas é buscar fazer a matéria sem ter que reviver a situação com a vítima. Hoje, na grande maioria dos casos, esse contato nem chega a ser feito, tendo em vista ser confidencial. A jornalista A3 explica um dos motivos desse acesso ser mais restrito: “Difícilmente conseguimos contato com a vítima, só temos acesso ao que ela relatou aos policiais. O mesmo se aplica ao autor da agressão/violência. Com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) os policiais não podem passar os contatos das partes envolvidas nos casos.” Em vista disso, reforçam a apuração com as polícias e com o delegado responsável, utilizando, também, dados de pesquisas dos órgãos de segurança.

Em última análise, a conduta quanto à vítima, as jornalistas trazem como objetivo a cautela e o cuidado para as apurações, deixando a vítima à vontade durante as entrevistas, e gravação de todas as informações, com permissão da entrevistada, para que possam ter o relato fiel da sua fala, sem opiniões ou interferências pessoais, como explica a jornalista A4: “Quando ouço o relato, tento não interrompê-la e respeito o espaço. Além disso, gravo e checo tudo, para garantir que a melhor informação seja levada ao leitor.”

Diante desta análise, chega-se como conclusão em texto síntese, ao seguinte resultado, conforme os procedimento do Discurso do Sujeito Coletivo:

“Para realizar minhas matérias busco trazer pluralidade de fontes, principalmente mantendo um contato próximo com as polícias e o delegado responsável pelo caso, trazendo também relatos de membros da família ou amigos, pois acho ideal que a vítima seja poupada de reviver tudo o que passou com os detalhes que são possíveis de acessar através de inquéritos e relatórios oficiais. Ao construir a matéria, trago, também, especialistas para embasar minha pesquisa, relatando os casos com seriedade e como um momento de compartilhar informações que possam, de alguma forma, colaborar com a sociedade. Além disso, procuro tipificar os crimes, mostrando que existem diferentes violências de gênero e que muitas vezes podem se interligar; trazer também a parte legislativa dos casos, podendo auxiliar possíveis vítimas a denunciarem. Nesta mesma linha, trago os canais de denúncia, redes de apoio, como também, outros serviços que possam ajudar no processo de denúncia, acolhimento e afastamento do agressor, entre outros.

Em casos que exista o contato com a vítima, acho ideal que todo o desenrolar do caso seja feito em um espaço confortável e seguro, sempre com o cuidado e cautela para que o relato não crie novos traumas nem revitimize, atenta às perguntas que serão feitas, se são necessárias ou não, ou se o próprio relato policial já consegue me responder. Ademais, peço permissão para gravar a conversa e sigo o relato com fidelidade e respeito, alerta em não trazer detalhes que não agreguem à matéria e, caso sejam utilizados, possam machucar a vítima.

Durante o processo de escrita, acho ideal que em hipótese alguma utilize-se do sensacionalismo, de estereótipos e termos discriminatórios, ou ainda sejam reforçados padrões misóginos que culpabilizam a vítima. É preciso lembrar a todo momento que meu papel como jornalista é informar a população, mas também ser a voz de uma pessoa que confiou em meu trabalho para contar sua história. E claro, busco mudanças gerais no cenário do jornalismo para que se possa tratar destes casos com profissionais mais preparados, estruturados com a perspectiva de gênero capilarizada em todos os setores, dentro e fora das redações e nos centros acadêmicos. Por fim, como profissional, devo realizar meu próprio aprofundamento nas causas sobre as quais escrevo, sobre os grupos que represento através de meu trabalho e realizar um constante aperfeiçoamento e estudo sobre as temáticas.”

5. CONCLUSÃO

Em suma, alguns parâmetros iniciais foram estabelecidos, para o conhecimento e referencial proposto pela pesquisa, como a compreensão de termos que auxiliaram na produção deste trabalho: a violência de gênero, o jornalismo feminista e o feminismo contemporâneo. A partir desses termos, a pesquisa conseguiu refletir sobre aspectos contextuais, históricos e padrões misóginos que interferem na sociedade geral e, como foco deste estudo, nas práticas jornalísticas.

Deste modo, ao estabelecer contato com profissionais da área, o embasamento prévio permitiu estipular perguntas-base para o questionário que serviu como ferramenta principal deste estudo. Assim, explorando novas percepções sobre as matérias de violência sexual contra mulheres a partir da visão de jornalistas experientes na área. Com o relato opinativo de cada uma, foi possível compreender aspectos fundamentais na apuração e produção de conteúdos que envolvam a violência de gênero, bem como suas práticas efetivas e reflexões sobre a temática.

Por ser uma pesquisa de curto prazo, como também uma análise específica e resumida, algumas perguntas surgem ao longo do processo, sem que haja necessariamente uma resposta neste momento, entretanto, permite abertura para um futuro estudo. Essas novas questões norteariam uma análise quanto às mudanças das academias para a inclusão efetiva da perspectiva de gênero, processos que ainda não ficaram claros para os jornalistas durante essas produções, bem como, as concepções dos profissionais de outros estados sobre o assunto.

Outro ângulo importante a ser analisado, em uma futura pesquisa, é entender a que ponto, consciente ou inconscientemente, os jornalistas realizam seus processos de seleção e apuração dos relatos e detalhes, se é algo automático da produção dos conteúdos jornalísticos, se seguem padrões dos veículos de comunicação ou dos critérios de noticiabilidade, bem como, se existe uma preferência pessoal nas escolhas, conforme o estilo de escrita de cada profissional.

Outrossim, um dos objetivos pessoais com este trabalho foi propor o diálogo e debate sobre a visão do jornalista na produção de conteúdos que podem alterar uma sociedade, de modo a entender sua importância como um profissional que leva a informação e tem o poder de realizar diferenças consideráveis no posicionamento da população quanto às diversidades, assim como, padrões que não mais devem ser aceitos. Assim como, levantar possibilidades de

mudança dentro das redações e centros acadêmicos de jornalismo. Em apegada síntese, este trabalho alcançou seu objetivo principal, permitindo ainda uma possível ampliação dissertativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia E.. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. 2014. 44 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, University Of Massachusetts-Amherst, Desconhecido, 2014.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. 2014. 22 f. Monografia (Especialização) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. Tradução de: Alcida Brant.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Jorge Zahar Editor, 1998. 149 p.

BUENO, Samira (coord.), et. al. **Violência contra mulheres em 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. Rocco, 1989. 576 p.

FIGUEIREDO, Marília Z. A.; CHIARI, Brasília M.; GOULART, Bárbara N. G. de. **Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualitativa**. 2013. 8 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Fonoaudiologia, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

FLORESTA, Nísia. **Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens**. São Paulo: Cortez, 1989. 100 p. Introdução e notas: Constância Lima Duarte.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. 4. ed. Desconhecido: Rosa dos Tempos, 1963. 560 p.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2022. 292 p.

INSTITUTO LOCOMOTIVA (Brasil) (comp.). **PERCEPÇÕES SOBRE DIREITO AO ABORTO EM CASO DE ESTUPRO**. 2022.

KANTOR, Jodi; TWOHEY, Megan. **Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #metoo**. Nova York: Companhia das Letras, 2019. 376 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. 2008. 7 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** 1997. 13 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

Organização Pan-Americana da Saúde (comp.). **Violência contra as mulheres.** Desenvolvida em conjunto com a Organização Mundial da Saúde.

PATRIARCA, Paola; ACAYABA, Cíntia. **45% das mulheres já tiveram o corpo tocado sem consentimento em local público, mas apenas 5% dos homens admitem, aponta pesquisa Ipec.** 2022.

PEREZ, Olívia Cristina *et al.* **A QUARTA ONDA FEMINISTA: INTERSECCIONAL, DIGITAL E COLETIVA.** 2019. 22 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal do Acre, Desconhecido, 2019.

PRATA, Pedro Rafael Galvão; LOPES, Deize Ferreira Paiva; CARVALHO, Carlos Alberto de. **O que os jornalistas têm a dizer sobre a cobertura da violência de gênero?: análise das falas de profissionais sobre a produção de notícias de crimes contra as vidas das mulheres em Minas Gerais.** 2017. 15 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

REIS, Josemira Silva. **FEMINISMO POR HASHTAGS: AS POTENCIALIDADES E RISCOS TECIDOS PELA REDE.** 2017. 13 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RIBEIRO, Diana *et al.* **As ondas feministas: continuidades e discontinuidades no movimento feminista brasileiro.** 2019. 20 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade do Porto, Porto, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** 2001. 22 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Marcia Veiga da. **MASCULINO, O GÊNERO DO JORNALISMO:** um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. 250 f. Monografia - Curso de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SOUSA, Delles de Lean Rodrigues de; ARAUJO, Jéssica Aparecida Lima. **Feminismo contemporâneo: as mídias sociais como ferramentas de resistência.** 2018. 10 f. Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB COMITÊ DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UFPB (Paraíba) (comp.). **UFPB registra aumento de pesquisas sobre gênero e sexualidade.** 2022.

VEJA SÃO PAULO (São Paulo). Redação Veja São Paulo. **Blogueira diz ter sido estuprada dentro de clube de luxo em Florianópolis.**